



ISSN 2238-118X

CADERNOS CEPEC

V. 7 N.12a Dezembro de 2018

DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO AGRÁRIO NO SUDESTE PARAENSE

Sebastião Novais Sousa Crispim

Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia



CADERNOS CEPEC

Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará
Periodicidade Mensal – Volume 7 – N° 12a – Dezembro de 2018

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Rômulo Simões Angélica

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Diretor: Carlos Alberto Batista Maciel

Vice Diretor: Manoel Raimundo Santana Farias

Coordenador do Mestrado e Doutorado em Economia: Ricardo Bruno Nascimento dos Santos

Editores

José Raimundo Barreto Trindade - Principal

Sérgio Luis Rivero

Conselho Editorial

Armando Lírio de Souza

Marcelo Bentes Diniz

Ricardo Bruno dos Santos

Francisco de Assis Costa

José Raimundo Trindade

Danilo de Araújo

Fernandes

Gilberto de Souza Marques

Sérgio Luis Rivero

Gisalda Filgueiras

Márcia Jucá Diniz



Cadernos CEPEC

Missão e Política Editorial

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos **Cadernos CEPEC** recebe textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km², o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

Instruções para submissão de trabalhos

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editoriais, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65). Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract, palavras-chaves e Classificação JEL (Journal of Economic Literature).

Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail: jrtrindade@uol.com.br

Página na Internet: <https://goo.gl/UuiC84>

Portal de Periódicos CAPES: <https://goo.gl/tTKEB4>

DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO AGRÁRIO NO SUDESTE PARAENSE

Sebastião Novais Sousa Crispim¹

RESUMO

Neste artigo teremos como objetivo principal realizar uma análise histórica do desenvolvimento do capitalismo agrário no sudeste do Pará, para isso trataremos da formação socioeconômica da região e das relações sociais de produção que se organizam. Faremos uso de autores marxistas que nos ajudaram a compreender quais os mecanismos que possibilitaram que a região sudeste, outrora dependente da exploração de base natural extrativa, como a borracha e a castanha. Através das mudanças políticas/institucionais e fundamentalmente econômicas que o Estado implementa, desarticulam formas anteriores de produção, para desenvolver formas capitalistas de produção no agrário amazônico.

Palavras chaves: Desenvolvimento, Capitalismo, Agropecuária, Relações Sociais de Produção

ABSTRACT

In this article we will have as main objective to make a historical analysis of the development of agrarian capitalism in the southeast of Pará, for this we will deal with the socioeconomic formation of the region and the social relations of production that are organized. We will use Marxist authors who helped us to understand the mechanisms that allowed the southeast region, once dependent on the exploitation of natural extractive base, such as rubber and chestnut. Through the political / institutional and fundamentally economic changes that the State implements, they disarticulate previous forms of production, to develop capitalist forms of production in the Amazonian agrarian.

Keywords: Development, Capitalism, farming, Social Production Relationships

¹ Discente de pós-graduação da especialização em História Agrária da Amazônia Contemporânea, mestrando em economia no PPGE/UFPA e graduado em ciências econômicas pela FACECON/UFPA.

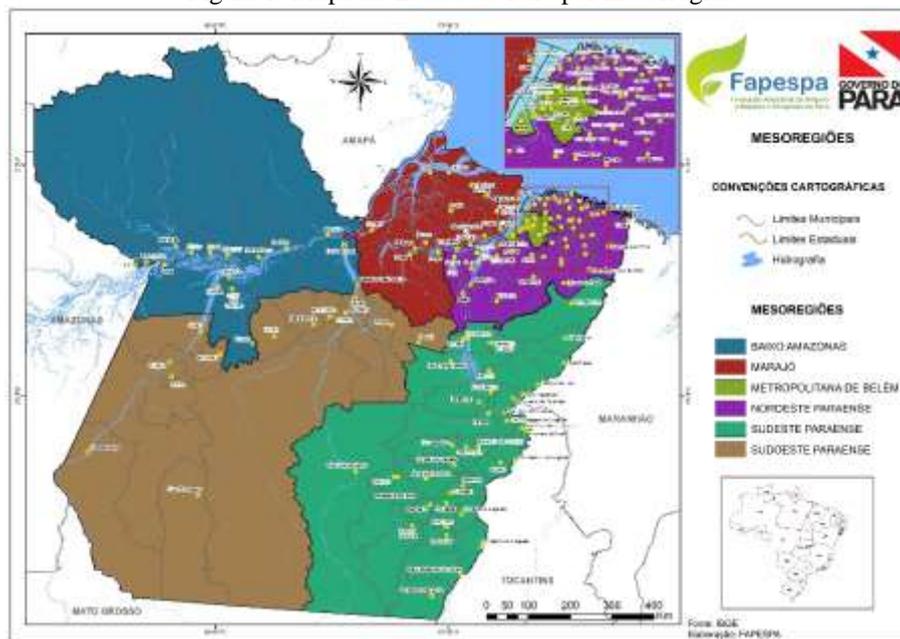
Sumário

1. INTRODUÇÃO	6
2. FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO SUDESTE PARAENSE	8
3. O GOVERNO MILITAR E OS PROJETOS DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA	13
4. PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO FUNDIÁRIA	16
5. O CONFLITO PELA TERRA NO SUDESTE DO PARÁ	18
6. AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO DA AGROPECUÁRIA NA AMAZÔNIA	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25

1. INTRODUÇÃO

Para melhor compreender o desenvolvimento do capitalismo no agrário amazônico, faremos o esforço de reconstruir de forma sintética, os principais fatores que possibilitaram o avanço do capital sobre Amazônia. Nesse sentido acaba por se tornar inevitável estabelecer a mesorregião sudeste paraense como delimitação espacial para essa tarefa.

Figura 1- Mapa do Estado do Pará por mesorregião



Fonte: FAPESPA (2017).

Formada por 39 municípios e compondo no seu território a maior bacia mineral do Brasil e tendo uma hidrelétrica que dá suporte energético para grandes projetos, essa região que anteriormente, era conhecida por sul do Pará. Torna-se palco das principais disputas de interesses ideológicos, políticos e fundamentalmente econômicos. Porém, é a luta pela terra e pelo direito de extrair os elementos fundamentais para reprodução da sociedade, que demarcaram o processo histórico de formação dessa região. Necessitamos buscar na formação social e econômica desse território, os processos que permitiram compreender a estruturação da agropecuária na mesorregião sudeste é, de que maneira as relações sociais produção se organizam e alteram-se com o avanço capitalista sobre a região amazônica.

Como Metodologia buscaremos fundamentar nossa análise em um arcabouço teórico a discussão do tema das relações sociais de produção no agrário amazônico, sendo importante realizar um levantamento histórico da formação do Sudeste Paraense, para isso faremos uso de autores de matriz teórica marxista como Octavio Ianni (1981), Octavio G. Velho (1974), Marianne Schminck e Charles Wood (2012), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1983) e Bertha

Becker (2015); que serão de fundamentais para entendermos o processo histórico de formação social e econômica e o desenvolvimento do capitalismo no agrário amazônico.

O método histórico consiste na forma como investigar acontecimentos, processos e instituições que alcançaram sua forma atual mediante alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, principalmente, sendo influenciados pelos contextos sociais e culturais de cada época, devendo remontar os períodos de formação e das suas modificações. Nesse sentido, buscaremos compreender os processos históricos que transformaram o Estado em base estruturante para instalação da atividade agropecuária no Sudeste Paraense. Para desempenhar esse papel, o Estado brasileiro lançou mão da ideologia de ocupação demográfica e econômica do território amazônico, isto é, o *integrar para não entregar*, embora o território já fosse ocupado por populações indígenas e de povos tradicionais da Amazônia que desempenhavam produção de caráter extrativista e agricultura de pequena escala. Portanto, buscaremos entender como esses processos que culminaram na formação da agropecuária capitalista no Sudeste do Pará, assim, afetando as relações sociais de produção no agrário amazônico.

Apresentamos uma percepção de uma formação genuína de um campesinato no sudeste paraense, que surge ao longo tempo por meio dos vários fluxos migratórios, combinados com as populações indígenas e caboclas; ocuparam o território da Amazônia paraense. Mas está classe social emerge mediante a formação conjunta de uma burguesia e de um proletariado urbano e rural. O capitalismo se desenvolve na região, com enérgica ação do estado brasileiro que a partir da década de 1960, impulsiona o avanço do capitalismo e de todo um aparato institucional e burocrático. Mediante a concessão de incentivos fiscais e uma oferta abundante de terras; empresários do Centro-Sul e mesmo de fora do país ocupam as terras para o estabelecimento de enormes fazendas com fins de exploração capitalista, a pecuária é a principal atividade econômica. Com avanço do capital sobre antigas formas sociais de ocupação da terra, a violência econômica e física determina o trágico desenvolvimento do capitalismo no agrário amazônico.

Como recurso metodológico faremos um recorte no período do início do século XX até o final da ditadura militar brasileira, em 1985. Pois nosso intuito nesse trabalho e apresentar a formação social e econômica do sudeste do Pará, com o intuito de evidenciar o desenvolvimento capitalista no agrário da região. Entendemos que em períodos históricos anteriores as formas sociais estabelecidas nesse território não possibilitavam identificarmos o avanço capitalista sobre o espaço da Amazônia e muito menos o desenvolvimento de suas relações sociais de produção.

Na primeira seção apresentamos a *formação socioeconômica do sudeste paraense*, onde compreenderemos as principais formas de ocupação do território e quais as relações sociais de produção que ali se organizaram. Na segunda seção denominada de *o governo militar e os projetos de ocupação da Amazônia*, faremos uma incursão nas instituições e nos projetos elaborados pelos governos militares. A terceira seção trataremos do *processo de estruturação fundiária*, mediante o implemento das ações que mobilizaram a vinda de capitais para o agrário amazônico. Na quarta seção *o conflito pela terra no sudeste do Pará*, realizamos uma análise da forma violenta e espoliativa que capitalismo se desenvolve na região sudeste do Pará. E na quinta seção *as relações de produção da agropecuária na Amazônia*, trataremos de olhar como se organiza as relações sociais de produção mediante o estabelecimento da agropecuária capitalista no sudeste paraense.

2. FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO SUDESTE PARAENSE

A ocupação do território do sul do Pará ocorreu com enormes desafios, sendo realizada em diversas etapas de um processo de penetração para o interior da Amazônia. Populações oriundas de outras regiões do Brasil, em especial os nordestinos, motivados pela seca ou por conflitos pela terra nas suas regiões de origem, optaram pela migração para Amazônia como alternativa a morte pela fome ou pela violência dos coronéis.

A região que atualmente constitui à mesorregião do Sudeste Paraense, em sua origem foi formada a partir do antigo Sul do Pará que conjuntamente com municípios que se emanciparam de suas sedes localizadas a oeste do estado do Pará, como é o caso de São Félix do Xingu, que em 1961, se emancipou de Altamira que fica no Oeste do Pará. O processo de ocupação do que hoje chamamos de Sudeste Paraense envolveu diversas relações socioeconômicas que transformaram a região do final do século XIX até atualmente. São através das relações sociais de produção que os homens ocupam e transformam a terra, dando a ela diversas formas sociais de uso, sendo assim, o desenvolvimento dessas relações é fundamental para transformação e ocupação da região. [...]As diversas metamorfoses da terra – tribal, devoluta, invadida, ocupada, grilada, propriedade titulada – não se dão a não ser no curso do desenvolvimento das relações econômicas e políticas dos homens (IANNI,1981, p. 230)

A diversidade dos processos de ocupação que deram origens, aos 39 municípios que compõem o Sudeste Paraense, nos revela, o complexo emaranhado de relações sociais que existem e foram talhadas, através do tempo e do avanço do capitalismo sobre Amazônia. Por

limitação do próprio trabalho aqui proposto, faremos uma breve síntese dos processos de ocupação que deram origem a dois municípios que são marco do processo de ocupação do Sudeste Paraense, são eles Conceição do Araguaia e Marabá. Dessa forma será possível compreender as principais formas de ocupação e as relações sociais que se organizaram.

Conceição do Araguaia

No começo a história de ocupação de Conceição do Araguaia que ocorreu desde 1887, sendo suas formas de relações sociais de produção, que se estabeleceram, um indicativo do desenvolvimento de formas de ocupação e uso do território. A primeira forma que predominou foi o monoextrativismo da borracha, combinando a prática produtiva das populações caboclas da região com os migrantes nordestinos, esse arranjo foi fundamental para o estabelecimento do arraial, em 1897, tendo seu apogeu em 1912, com a crise da borracha. (IANNI, 1981, p. 231)

Nesse período a terra era farta e disponível sendo sua forma de ocupação, tribal ou devoluta, o que para os migrantes que chegavam dava no mesmo. Quando ocorreu a expansão da produção da borracha, os seringalistas, ou patrões, acabaram por ocupar as terras nas quais as árvores produtoras de látex existiam em abundância. *“Não se dava valor à terra, mas às árvores de seringa e caucho que produziam o látex.”* (IANNI, 1981), com a crise da borracha, seringueiros e seringalista acabaram por sofrer, em alguns casos transformações sociais, parte deles se tornaram sitiantes, fazendeiros pobres ou mesmo latifundiários. Com a abundância de terras, espalharam-se pelo território conforme a disponibilidade de áreas que ainda não haviam sido ocupadas. Raríssimos foram os que procuraram a formalização da posse da terra por meio de escrituras, titulação ou qualquer outro documento que garantisse juridicamente a propriedade.

Como IANNI (1981), declarou a terra continuava farta e disponível, com o fluxo cada vez maior de migrantes para região, que ao longo da primeira metade do século XX ocuparam as terras de Conceição do Araguaia e de grande parte de toda região Sul do Pará. Chegando a década de 1960, os posseiros, novos ou antigos, que se estabeleceram nas terras para produzir e sobreviver das mesmas. Entretanto, estes coexistiam com os fazendeiros ou empresários, que por meio da SUDAM e outras instituições do governo federal ou estadual, estabeleceram-se e buscaram expulsar ou expropriar, com a intenção de forma pastos para o desenvolvimento da pecuária. Sendo assim, o conflito e a violência tornam-se marca indissolúvel do desenvolvimento de novas relações sociais de produção, o antagonismo das classes sociais fica mais evidenciado entre posseiros e fazendeiros, grileiros, jagunços, policiais, advogados e técnicos das instituições governamentais.

Estava em curso uma espécie de “acumulação primitiva”, transformando a terra em propriedade privada legalizada e concentrada nas mãos de empresários; transformando os produtores em assalariados e as condições sociais de produção para o autoconsumo e o comércio em condições de reprodução do capital. (IANNI, 1981, p. 233-234)

Assim o desenvolvimento do capitalismo nesta região toma formas clássicas de transformação do território e de exploração do trabalho, como assalariamento, mas esse processo que forma as classes sociais não ocorre sempre da mesma forma, sendo necessário sempre resguarda as particularidades de cada formação socioeconômica. Uma burguesia pequena, um proletariado urbano e rural surge desse desenvolvimento, além de um campesinato que foi o primeiro a se estabelecer na região.

Marabá

O processo de ocupação que identificamos de Sudeste Paraense, apresenta características de “acumulação primitiva” o que em termos marxistas, permite a gênese do desenvolvimento das forças delineadoras do capitalismo, a estrutura social de classes. Como foi apontado na seção anterior, a organização de uma burguesia, proletariado e um campesinato confere características inerentes a totalidade do sistema capitalista. Deixando claro, que deforma alguma entendemos o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil e na Amazônia, uma superação de um sistema feudalista que teria se organizado no período colonial². Entendemos que tanto o Brasil quanto a Amazônia realizam papel importante na totalidade do sistema capitalista, mediante a divisão internacional do trabalho, coloca-se como um grande fornecedor de matérias primas e como uma fonte importante de acumulação primitiva que possibilita sua espoliação histórica como o debate do desenvolvimento da *fronteira*³ nos revela.

Quando olhamos a formação socioeconômica do Sudeste Paraense torna-se imperativo olhar a cidade de Marabá que surge em uma área importante onde dois importantes rios se encontram, o rio Tocantins e seu afluente o rio Itacaiúnas e as principais atividades econômicas era o extrativismo da borracha, e principalmente os castanhais. A organização de Marabá vai ser importante para poder identificar como as classes sociais se organizam e coexistem nesse território onde o convívio com os povos indígenas traça características particulares a formação social do território. Faremos uma breve incursão sobre

² como parte importante dos intelectuais do Partido Comunista do Brasil (PCB) defendiam essa tese. Ver o debate entre Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr.

³ Ver Octavio G. Velho (1974), Octavio Ianni (1981) e José de Sousa Martins (1997)

as relações sociais produtivas que o campesinato, formado por migrantes e indígenas, a burguesia local e o proletariado urbano e rural.

Para Velho (1974) a formação de um campesinato foi um dos traços do desenvolvimento capitalista na Amazônia. Esse campesinato se organizou de formas diversas, mas em grande parte era migrante, oriundo de outras partes do Brasil, que buscou adaptar-se as condições da Amazônia através do convívio violento com as populações indígenas, que acabaram ou sendo dizimadas pelos conflitos, doenças ou foi incorporada a esse campesinato. A maior parte dos migrantes advinham do Nordeste através de históricos fluxos migratórios de populações camponesas, todavia, havia também outro fluxo de migrações de um campesinato de ocorrência mais “espontânea” e extremamente relevante para a formação de um campesinato na Amazônia. Isso tinha a ver com a continuação do movimento de camponeses nordestinos no Maranhão. (VELHO, 1974, p. 195)

Esse campesinato tinha como principais formas de produção, uma agricultura marginal e de subsistência. Eles plantavam arroz, milho, mandioca, feijão, durante um bom tempo essa forma de produção foi importante, em especial, no período de crise da borracha. O campesinato que se organizou na região, pouco foi percebido pelo restante do país, tendo como um dos poucos estudos o de Celso Furtado em 1959 (VELHO, 1974).

Esse campesinato foi fundamental para a incorporação de novas áreas para se tornarem posteriormente agricultáveis, com o crescimento rápido do município de Marabá e de atividades agrícolas no lugar do extrativismo tradicional. O campesinato terá papel importante na integração de áreas ainda inexploradas da região, sendo os rios os principais meios de penetração do território. Tornando assim, a ocupação do interior da região possível antes mesmo das chegadas das estradas.

Quando não estavam coletando castanhas, penetravam nas áreas inexploradas da floresta. Aí inicialmente se dedicavam a um modo de vida caracterizado pelo predomínio de atividades de subsistência e por um alto grau de isolamento que os tornava ainda bastantes marginais. Todavia, na maioria dos casos continuavam a alternar sazonalmente as suas atividades agrícolas com a coleta da castanha ou a busca de diamantes, o que era consistente com o papel de um campesinato marginal com um depósito de mão-de-obra, mas que abria também a possibilidade de uma certa acumulação a ser aproveitada na própria atividade de produtor independente. (VELHO, 1974, p. 200)

Essas formações produtivas foram importantes, pois com seu desenvolvimento grupos urbanos foram sendo criados, ao redor de igarapés e rios afluentes. Possibilitando um aumento gradativo da migração para incorpora essas terras livres. Esses agrupamentos foram essenciais para estabelecerem rotas de comércio entre eles, isso permitiu uma acumulação,

feita por alguns, o que possibilitou um processo de diferenciação social entre o campesinato. O tamanho médio do estabelecimento camponês era de 100 hectares, o que era considerado uma área enorme em comparação com minifúndios de outras regiões do Brasil. Contudo em geral eles não produziam não mais que 10 hectares para o cultivo de suas culturas, mas apesar de se usar em média 10% do total do estabelecimento a produção tendia a aumentar.

Essa formação espontânea do campesinato na região foi um marco importante, pois foi a primeira forma concreta de colonização do interior da Amazônia (VELHO, 1974, p. 205). É claro que como já mencionamos anteriormente, essa ocupação não se deu de forma tranquila é, nem pacífica. Esse campesinato confrontou-se com populações indígenas, mas também, com as oligarquias decadentes da borracha e dos castanhais, que apesar de não ter o mesmo controle econômico e político do auge da economia extrativistas. Ainda detinham poder local importante, o que colocou a disputa pela posse da terra em evidencia com o campesinato.

O comércio crescia, o que possibilitou, uma formação de espécie de mercado interno na região. Desenvolve-se, assim, uma nova forma de rearticulação do campesinato que chegava. Estes não tinham, apenas as atividades agrícolas e extrativistas como principais, eles também eram comerciantes e formaram uma espécie de classe intermediária, uma espécie de *culaque*⁴.

Por origem eram nordestinos, tal como resto dos camponeses. O que parecia distingui-los inicialmente era a importância do *comércio* para eles desde o início. E isso já serve para chamar a atenção para os vínculos de clientela com a classe dominante regional de comerciantes e “donos” de castanhais da cidade de Marabá. A maioria começou como pequenos comerciantes que compravam a sua mercadoria a crédito dos comerciantes de Marabá, vendendo-a também a crédito nos pequenos povoados camponeses em que viviam. Em alguns casos essa mercadoria era comprada por camponeses que iam atrás de castanhas nas áreas do município. Como uma das condições de compra era em geral venderem as suas castanhas de volta para os pequenos comerciantes e “donos” de castanhais de Marabá, isso servia como uma maneira de através de uma rede de patronagem impor o controle desses últimos sobre os castanhais que exploravam diretamente. (VELHO, 1974, p. 206)

A agricultura acaba por se torna cada vez mais, a principal atividade econômica, a produção camponesa estava cada vez mais dependente da estrutura estabelecida nos créditos dos comerciantes. O preço do arroz vendido pelos camponeses, por exemplo, era bastante baixo, comparado ao preço vendido pelos comerciantes, de fato, tratava-se de um negócio

⁴ Em sua obra *Desenvolvimento Capitalista na Rússia* (1899), Lênin demonstra um claro processo de diferenciação social no interior do campesinato russo, onde este acaba por se dividir, uma pequena burguesia rural, o proletariado rural e um campesinato médio do qual grande parte era identificados como *Kulaks*.

muito lucrativo para os comerciantes. Outro aspecto fundamental dessas relações entre comerciantes e camponeses, era o fato, de que as terras das quais os comerciantes detinham direitos, era em geral, terras devolutas ou então eram em grande parte mediadas pela compra da posse dos camponeses pobres, os comerciantes não só plantavam arroz, como estabeleceram uma pecuária de pequeno porte.

Existe aqui uma contradição nessas relações entre comerciantes e camponeses, ambos de certa forma são dependentes entre si. Os camponeses dependiam dos comerciantes para vender seus excedentes, e assim, poder conferir algum valor monetário em suas mãos que era necessário para adquirir alguns bens ou mesmo comprar medicamentos quando caíam enfermos. Já os comerciantes não podiam expropriar totalmente os camponeses, pois estes, garantiam os fornecimentos de parte de suas mercadorias, como também os camponeses eram sua principal clientela. Acabavam assim desenrolando uma rede de interesses mútuos, que acabou por preservar a base das relações sociais que mesmo com a chegada de grandes empresas agropecuárias não desapareceram totalmente.

Com a chegada na década de 1960, grandes projetos econômicos, além da ação institucional do governo federal de forma mais enérgica na região. Inicia-se uma nova etapa de transformação das relações sociais, além da antiga elite oligárquica que se manteve. Outros sujeitos entram em cena, empresas agropecuárias com capital oriundas especialmente do Centro-Sul. Incentivados pelo governo federal através de crédito barato, além da formação de um mercado de terras favoráveis e formação de uma complexa rede de relações institucionais. Estruturando, assim, a criação de órgãos públicos, incentivos fiscais, estrutura urbana e rodoviária. Que transformaram a cidade de Marabá e todo o Sudeste Paraense em um grande oásis para acumulação de capital.

3. O GOVERNO MILITAR E OS PROJETOS DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

Com a tomada de poder em 1964, o Brasil passa a ser comandado por uma ditadura militar, que adotou uma série de medidas políticas/econômicas para desenvolver o país segundo a visão dos próprios militares. Para isso buscou atrair investimentos estrangeiros e o acúmulo de capital no setor industrial. A modernização econômica, se dá por meio de incentivos fiscais, contenção de salários, que buscaram reduzir os desequilíbrios regionais e setoriais.

Nesse sentido a região amazônica tem um papel fundamental e estratégico, fonte de recursos naturais, que em muito ainda são inexploradas, com um vasto território que abrange praticamente a metade do Brasil. Com essas características e uma baixíssima ocupação de seu

território, isolada dos centros mais urbanos-industriais do país a Amazônia acaba por ser considerada a região ideal para absorver investimentos de capital e o excedente de mão de obra de outras partes do Brasil.

Industrializar, a qualquer custo, parecia ser o único caminho para trazer a Amazônia ao século XX, ou emancipá-la dos males do extrativismo: surtos de expansão, crise e regressão; dispersão das fontes de matérias-primas: borracha, castanha, madeira, peles, minerais, etc.; o “vazio demográfico” e o “vazio econômico” que povoam os discursos de governantes locais, regionais; o despovoado das muitas fronteiras do Brasil com o Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guianas, etc. (IANNI, 1979, p. 62)

É fato que pelas dimensões territoriais e sua população, a densidade demográfica da Amazônia seja baixa. Porém, isso, não significa que aqui não residia populações tradicionais e comunidades indígenas, que ocupavam essa região há muitos séculos. Outro fator importante é, que aqui sempre existiu uma economia extrativista que acabou por consolidar grupos de famílias tradicionais que se apoderaram da produção e terras. Essas oligarquias detinham poder político e econômico sobre a população local e em toda região amazônica.

A transferência de poder dessas oligarquias para o governo federal foi estabelecida por meio de decretos unilaterais que foram emitidos em Brasília e impostos aos antigos mandatários da região (SCHMINK; WOOD, 2012). Essas mudanças atingiram principalmente os órgãos que regularizavam o acesso aos recursos na Amazônia, fazendo com que o governo federal ganhasse força e reestruturasse toda base que gerenciava a distribuição de terras e minérios na fronteira amazônica. Essas mudanças foram o estopim para que a luta mortal pela terra intensificasse, provocando mudanças nas políticas fundiárias na região.

Nesse ponto que 1966 o governo federal inicia a estruturação do avanço do capital para Amazônia, nesse mesmo ano, introduz a Operação Amazônia, que ofertava incentivos fiscais generosos que eram financiados pelo Banco da Amazônia (Basa). Outro ato importante foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) que substitui a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que tinha a incumbência de ser órgão executor dos programas do governo federal, atraindo empreendedores de outras regiões do Brasil para investir na Amazônia.

Durante a década 1970 seguinte cerca de um bilhão de dólares foram investidos na agropecuária na Amazônia, sendo o setor madeireiro o segundo a captar mais recursos junto a Sudam. Dessa forma essas atividades expandiram-se rapidamente no Sudeste do Pará. Por outro lado, as economias extrativistas da borracha e dos castanhais acabaram sendo colocadas

em segundo plano, fato que desde a substituição do Banco de Crédito Borracha pelo Basa deixava claro qual era o novo papel dessas economias extrativistas para o Estado.

Outras ações no período de criação da Sudam reforçaram a nova estrutura burocrática que os militares adotaram para Amazônia. Foram criados o novo Estatuto da Terra (1964), o Código Florestal (1965), o Código da Mineração (1967) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) (1968); além do artigo 198 da Constituição que acabou por dar aos povos nativos direitos exclusivos sobre seus territórios.

De fato, essas ações atenderam dois aspectos. O primeiro foi incentivar a vinda de capitais para Amazônia, em especial na agricultura e mineração. Por outro lado, essas medidas também atingiam uma demanda para reduzir a pobreza e a desigualdade na distribuição de terras que naquele território existiam em abundância. Como assinalam Schmink; Wood (2012), essa dualidade será fundamental para entender os processos de ocupação que o Estado implementou no Sudeste paraense. Contudo, apesar dessa aparente dualidade das políticas de ocupação da Amazônia, o que de fato, ocorreu, foi o estabelecimento da aliança do Estado com o capital privado, onde acabou por resultar na formação e acumulação de capital privado, nacional e estrangeiro (IANNI, 1981, p. 220).

A tabela 1 apresenta as instituições criadas pelo governo federal, com o objetivo de integrar a região amazônica aos grandes centros, como os casos de São Paulo e Rio de Janeiro e todo Centro-Sul.

Tabela 1- Instituições criadas no Governo militar, 1942 a 1982.

SIGLA	INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO
BASA	Banco da Amazônia S/A	1942
FUNAI	Fundação Nacional do Índio	1968
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia	1966
PIN	Plano de Integração Nacional	1970
FIDAM	Fundo de Investimento de Privados no Desenvolvimento da Amazônia	1970
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	1970
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia	1974
FINAM	Fundo de Investimentos da Amazônia	1974
ITERPA	Instituto de Terras do Pará	1975
PROPEC	Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária	1977
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins	1980
PNPF	Programa Nacional de Políticas Fundiária	1982
MEAF	Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários	1982

Fonte: IANNI (1981); SCHMINK; WOOD (2012). Elaborador pelo próprio autor.

Essas instituições foram criadas para permitir que fundamental as empresas agrícolas fossem incentivadas e instaladas na Amazônia e grande parte desses empreendimentos concentraram-se na atual região Sudeste paraense, onde a atividade agropecuária e a mineração são as principais atividades econômicas. Sendo a Sudam criada em 1966 e Banco da Amazônia criado em 1942. Essas duas instituições tiveram papéis fundamentais para entender como funcionava os mecanismos de incentivos fiscais, de forma que uma empresa que na maioria era de capital originário de outros estados e até outros países conseguiram estes incentivos e avançavam sobre o território amazônico.

Um ponto importante é que o Estado e as empresas de capital privado estabeleceram uma aliança (IANNI, 1981). Nesse sentido todo o aparato criado e suas instituições estavam a serviço para beneficiar estas empresas, os bancos públicos emprestavam dinheiro a juros muito baixos. Só que a principal forma que permitiu com que diversos capitais migrassem para o Sudeste do Pará e grande parte da Amazônia foram os incentivos fiscais promovidos pela Sudam, para termos uma ideia, se uma sociedade decide aplicar 50% do seu imposto de renda nos projetos da pecuária, a Sudam definia quais projetos seriam contemplados, estabelecendo em 1971 o valor CR\$ 20,00 por hectare. Entretanto as empresas rapidamente conseguiam comprar a CR\$ 7,00 por hectare enormes extensões de terras. Pronto, aprovado o projeto pela Sudam os incentivos fiscais começavam a ser disponibilizados, por exemplo, a cada CR\$ 1,00 de investimento da empresa, está recebendo em incentivos fiscais equivalente a CR\$ 9,00, ou seja, se uma empresa estabelece uma propriedade agropecuária com capital nove milhões de cruzeiros, apenas um milhão de cruzeiros foi originário do próprio empresário ou dos seus acionistas.

A política de incentivos fiscais foi fundamental para que a atividade agropecuária ocupasse imensos territórios na região Sudeste paraense, colocando a mata das florestas que ali existiam abaixo para a formação de pastos e o estabelecimento do latifúndio onde antes era terra de populações tradicionais e povos indígenas.

4. PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO FUNDIÁRIA

O processo de ocupação do Sudeste paraense pode ser observado por dois movimentos, sendo o estabelecimento das propriedades privadas que pertenciam a grupos econômicos que em sua maioria era do Centro-Sul, que através principalmente de incentivos estabeleceram-se na região. Por outro lado, um movimento intenso de populações atrás de terras e de trabalho, que eram principalmente formados por nordestinos e de outras áreas da

Amazônia, eram pobres e fugiam em parte da seca e da violência do avanço do latifúndio em suas terras de origem.

O governo federal acaba por se estabelecer como o grande articulador para o avanço desses dois movimentos, sendo que para os grandes empreendimentos ter acesso a créditos e a incentivos foi fundamental para seu estabelecimento na Amazônia. Para as populações migrantes que eram formadas na sua essência por famílias de camponeses, o acesso à terra é o ponto fundamental.

Com a criação do Estatuto da Terra, em 1964, buscou-se reafirmar que os direitos a propriedade da terra eram inerentes ao uso produtivo da terra e a justiça social. Entretanto, apesar dos esforços e criação de órgãos que detinham o poder e o dever de realizar a desapropriação de latifúndios improdutivos e redistribuir para o uso produtivo das populações camponesas no Brasil, isso nunca foi tarefa fácil. Os grupos de poder, político e econômicos, desde sempre, acabam por impedir ou dificultar com que o acesso à terra seja realizado pelas vias justas e democráticas.

Quando o governo busca incentivar a migração desse contingente populacional do Nordeste para a Amazônia, o que de fato ele realiza é a transferência do conflito de outras regiões para a nova fronteira do capital. A posse da terra torna-se acessível no Sudeste paraense, em princípio, grupos de pequenos produtores – posseiros, proprietários e meeiros – do Maranhão, acabam por se estabelecer na região. Contudo, [...]o Estado intensifica sua ação. Sua lógica é a de acelerar a articulação regional do capital, constituindo vias de acesso como a Rodovia Belém-Brasília, que é concluída em 1960 (BECKER, 2016).

Esse processo que o Estado busca organizar e intensificar encontra vários pontos de dificuldades. Uma delas é a própria organização econômica que se organizou na Amazônia desde o século XIX, onde a natureza extrativa dessa economia, acabou por tornar muito difícil determinar o direito de propriedade na forma burocrática que o Estado articula. Pois a demarcação de lotes da forma protocolar como a política de colonização implicava acabou esbarrando na forma de organização das elites oligárquicas que ali estavam a explorar a extração da borracha e dos castanhais, que foram beneficiados pela política de consentimentos de aforamentos pelo estado do Pará, que era nada mais do que alugueis perpétuos de extensões de terras para explorar produtos da floresta, transformando terras públicas para uso privado das elites locais.

Outro ponto foi que diferentemente do que ocorreu na região sul do Brasil, no sudeste paraense uma grande parte das terras foi apropriada na base de títulos provisórios e posse, que se legitima o direito da posse de *facto* (SCHMINK; WOOD, 2012). Desde o período

colonial, permitia-se que pequenos ou grandes proprietários tivessem acesso à terra e baseados no fato de ocuparem estas terras através da “moradia habitual” e “cultivo efetivo” estes reivindicassem direitos de posse legítima. No caso da Amazônia, o “cultivo” se estabelece de forma mais ampla, pois tem que incluir a produção extrativa florestal, é nessa tradição de direitos de ocupação de terras que possibilita o status de legalidade dos posseiros.

Com a chegada da década de 1970, o Estado brasileiro comandado pelo presidente Geisel estabelece o seu programa agrário para região amazônica, que faria uso de vendas de terras públicas que estavam sob a jurisdição do Incra para o setor privado. Com isso aumentou durante a década os valores máximos em leilões públicos de terras, que agora poderiam ir de 3 mil a 66 mil hectares para empresas agrícolas e agropecuárias, 72 mil para operações de uso florestal e de 500 mil ha para projetos de colonização ou cooperativas agrícolas. Dessa forma uma grande confusão sobre os títulos fundiários estabelece-se, viabilizando a corrida pela terra na Amazônia (SCHMINK; WOOD, 2012, p.109).

Reconhecendo os direitos que ali já existiam com os residentes tradicionais do território (antigos posseiros e a elite oligárquica), concedendo títulos oficiais de até 3 mil ha para quem ocupava a terra há mais de 10 anos. Essa medida teve um efeito imediato em relação aos migrantes que chegavam em centenas. A medida foi as vezes utilizada pelas autoridades do Incra para enfraquecer as reivindicações dos novos migrantes. Portanto cria-se a situação inevitável do conflito, pois a maioria absoluta desses migrantes partia para o sudeste paraense e toda Amazônia em busca de terra, e com a impossibilidade de ocupação da terra de forma legal estes acabavam por se inserir em conflitos pela posse da terra. Dessa forma essa política implantada pelo Estado permitiu que um mercado de vendas de títulos falso de terras e outros meios ilícitos fossem utilizados para garantir a posse ou direito de reivindicar a terra.

5. O CONFLITO PELA TERRA NO SUDESTE DO PARÁ

A organização de uma elite veio para o Sudeste do Pará e, consecutivamente para toda Amazônia em busca de uma abundância de terras livres, com apoio do Estado brasileiro, que desde de Vargas com a Fundação do Brasil Central, em 1943, é mais intensamente nos governos militares. Buscaram atrair parte da burguesia agrária nacional para ocupar e produzir no vale do Araguaia e, em toda região Sudeste do Pará. Estes empresários agropecuários justificavam seus investimentos mediante a retórica de desenvolver a região e integra-la ao Brasil moderno e ao próprio capitalismo.

Muitas foram as promessas feitas pelos pecuaristas da Amazônia (que se organizaram na “Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia”), dentre elas aquela de que, com os projetos agropecuários, Belém seria transformada no maior porto exportador de carne do mundo, superando, pois Chicago-EUA. (OLIVEIRA, 1993, p.67)

Esse empresariado de origem principalmente paulista, optou pela implantação da pecuária como a principal atividade econômica. Para Oliveira (1993), o Estado teve papel decisivo, pois este arranjo só se torna interessante pelos mecanismos dos incentivos fiscais, que de 1964 até 1985, totalizaram um total de 947 projetos, sendo 581 para projetos na agropecuária, 40 para projetos na agroindústria, 274 para indústria e 52 para projetos em serviços. Dessa forma, identificamos o peso da agropecuária nesses recursos que foram destinados, entretanto, quando analisamos a concretização ou efetivação desses projetos aprovados na SUDAM. Cerca 166 projetos foram implantados, sendo 94 agropecuários e agroindustriais e outros 72 da indústria e de serviços, o que denota uma baixa efetividade de implementação desses projetos.

Esses empresários investiram nesta empreitada da ocupação da Amazônia pela pata do boi, sendo que o resultado, hoje, passados quase 20 anos, é no mínimo melancólico. Pois o rastro deixado por este processo foi quase sempre marcado pelo sangue. Sangue derramado das nações indígenas e dos posseiros. Sangue derramado dos peões no trabalho de “abertura da mata”. (OLIVEIRA, 1993, p. 68)

Com isso percebemos que estes empresários que sobre a organização de grandes grupos econômicos, criaram suas empresas agropecuárias, pois assim, poderiam realizar inversões de capital muito lucrativas pelo mecanismo dos incentivos fiscais. É com isso o capital nacional e multinacional, acaba por impetrar na Amazônia a sua lógica de reprodução de capital. Novamente a violência media estas relações, que perpassa por camponeses, latifundiários, grandes empresas nacionais e internacionais e os governos militares ou não, estes últimos, tomaram a bandeira de defesa dos grandes projetos econômicos e do próprio capital, transformando a Amazônia e Sudeste do Pará em território cada vez mais “integrado” ao grande capital internacional.

Estabelecidos os mecanismos que possibilitaram a implantação da agropecuária no sudeste paraense, um emaranhado de interesses que envolveram as antigas elites locais, grupos econômicos e empresários de outras regiões do país acaba por conflitar com os interesses das populações tradicionais da região e extensas massas de migrantes em busca de um Eldorado na Amazônia. Os interesses desses grupos acabaram por entrar em conflito e a violência foi uma expressão desse encontro.

A posse da terra entrava em disputa, de forma que conforme uma área fosse introduzida no avanço estruturante que o Estado implementou na Amazônia, como construção de rodovias e grandes projetos, migrantes partiam para estas novas áreas ocupando e tomando posse de pequenos lotes de terra. Não obstante, os empresários ou grandes grupos econômicos, que em sua maioria tinham o interesse em ter a terra para finalidade puramente especulativa, acabavam comprando as mesmas terras através de articulações com órgãos responsáveis pela regularização fundiária em Brasília e Belém.

A maioria das transações acontecia sem nenhum levantamento adequado para determinar os limites fundiários exatos da propriedade em questão. Nem havia muita informação sobre a existência de pessoas no local, o que de qualquer forma não os preocupava muito. Ao descobrirem que estava ocupada, os fazendeiros procuravam “limpar a terra”. No estilo da fronteira, conflitos desse tipo eram resolvidos fora do sistema legal ou oficial. Pistoleiros e policiais contratados recorriam a uma série de meios violentos (incêndios, açoitamentos, tortura e até assassinatos) para persuadir o posseiro a se mudar. (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 128).

Dessa forma a violência torna-se a mediadora das relações sociais entre Estado, grupos econômicos, elites locais e pequenos proprietários. Outro ponto importante era que parte significativa de policiais, juízes e outras entidades do Estado na região sudeste paraense acabavam por ceder e mesmo se submeter aos interesses dos grupos econômicos e fazendeiros locais. Não dando o mesmo peso e acompanhamento em diversos atos de violência que ocorreram na região, fato esse que até os dias atuais ainda fazem parte da realidade no sudeste paraense.

Uma das formas com qual os posseiros estabeleceram como prática de ocupação das terras, foi a derrubada de árvores e posterior venda dos lotes já desmatados. Esse mecanismo ficou conhecido como a “indústria da posse”, de fato, essa foi uma das poucas alternativas que os migrantes encontraram para ganhar algum dinheiro. Pois sem nenhum poder político e muito menos econômico, a posse legal era muito difícil, então essa estratégia foi a principal forma de sobreviver e continuar a avançar em direção a floresta abrindo caminho para o avançar da atividade agropecuária.

Chegando ao final da década de 1970, o General Figueiredo solicita ao Conselho de Segurança Nacional que realizasse estudos para viabilizar medidas para lidar com avanço da escalada da violência na região sudeste paraense, em especial na região ao longo dos rios Araguaia e Tocantins. Nesse sentido em 1980 é criado o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT). Um dos objetivos fundamentais era conter a crescente

oposição as políticas do governo militar na região, lembrando que nessa região ocorreu um dos movimentos de resistência ao regime militar mais contundentes, *a guerrilha do Araguaia*.

Dessa uma nova onda de investidas do governo militar no intuito de fortalecer o controle militar na região foi adotada, como a criação do Programa Nacional de Políticas Fundiárias (PNPF) e do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (Meaf). Dessa forma o Conselho de Segurança Nacional estabelece-se no comando das políticas agrárias, dando ao Incra o caráter de um órgão meramente administrativo. Com a chegada da democratização, o Meaf buscou impetrar uma campanha política para reprimir o sentimento de antigoverno que se lastreava entre as entidades representativas da sociedade, como a igreja católica mais progressistas e movimentos políticos de oposição e movimentos sociais de luta pela terra.

O GETAT teve um papel importante no controle dos conflitos ao longo dos anos 80, pois ao entregar vários títulos de legalização da posse da terra, ele conseguiu em certa medida controlar os conflitos. Entretanto os violentos confrontos pela luta pela terra entre pequenos agricultores e fazendeiros continuavam a acontecer, só que a partir da ação do GETAT uma nova forma de conflito e disputa se estabelece. As forças impessoais do mercado de terras passaram a reger cada vez mais a tendência continuada rumo à concentração da propriedade de terras na fronteira. (SCHIMINK; WOOD, 2012 p. 133)

A retomada do Incra como principal regulador do processo de regularização fundiária não conseguiu criar um sentimento de confiança e justiça social nos pequenos proprietários. É mesmo os latifundiários não detinham satisfação total com as políticas que foram adotadas desde o GETAT, pois este órgão impôs recortes e algumas limitações as propriedades dos latifundiários. Outro fato que caracterizou uma mudança no controle dos conflitos foi a maior presença da polícia federal na região sudeste paraense, com isso os casos de pistoleiros executando posseiros a mando dos fazendeiros diminuiu. Dessa forma o descontentamento dos grandes fazendeiros era crescente, é acabavam por acusar o GETAT de ser ineficiente nas ações para conter a cada vez mais crescente onda de invasões de terras.

De qualquer maneira, o estado acabou por cumprir o papel que o capital lhe atribui, de defender os interesses e mediar a expansão do capital, pois apesar das insatisfações dos fazendeiros, estes foram muito mais beneficiados pelas políticas do GETAT do que prejudicados. Para se ter uma ideia, apenas em 1982 que órgão realizou suas primeiras expropriações, que foram no total de apenas três no sudeste do Pará, dessa forma as políticas do governo militar foram muito mais populistas, só que, no entanto, que fora realmente beneficiado por elas foram os grandes proprietários na Amazônia. Se de fato, no curto prazo

as políticas atenderam um caráter social é conseguiu distribuir terra e atenuou a várias tensões por conflitos de terras em várias regiões do país. Por outro lado, o resultado foi o aumento do capital e o conflito pela terra no sudeste paraense, nesse sentido o grande avanço foi a conversão de terras públicas em propriedades privadas.

6. AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO DA AGROPECUÁRIA NA AMAZÔNIA

Com processo de implementação da agropecuária no sudeste paraense efetivado, deveremos constituir um olhar criterioso para compreendermos como as relações de produção se organizam nesta atividade econômica, com especial enfoque para as relações de trabalho.

As atividades da lavoura e a pecuária são fundamentais para os fazendeiros, determinando assim a importante função da produção desses gêneros para expansão capitalista no agrário. Contudo o caráter capitalista do fazendeiro dependerá da capacidade de introduzir capital na produção, sendo a pecuária uma atividade interessante para se desenvolver na Amazônia por necessitar de uma quantidade menor de capital para se estabelecer. Podemos assim compreender como se processa a constituição da fazenda pecuarista tradicional. A valorização do gado é evidenciada nas relações de produção: a preparação das pastagens nas fazendas se faz através da forma em que o trabalhador se encarrega de derrubar a mata, limpar o terreno e plantar o capim (BECKER, 2016, p. 189).

A penetração das formas mais modernas se faz com os grupos econômicos e as grandes fazendas individuais. A *empresa*, com mais de 5 mil alqueires, utiliza tecnologia moderna e não faz plantio comercial de arroz, explorando apenas a madeira e o gado de cria, recria e engorda. Quase todas têm sede em São Paulo, com capital derivado da indústria ou da exportação, tem projeto da Sudam e são financiadas pelo Proterra. O que parece fundamental para a empresa nessa fase não é a produção para o mercado interno, nem de gado, e muito menos de lavoura, que foi suprimida, e sim apropriação da terra, o usufruir dos incentivos e financiamentos, para diversificar investimentos, criar reserva de valor e abrir novos espaços para a penetração do capital. Segundo informação de empresários, formam-se 50% da propriedade com juros baixos a pagar em cinco anos, e ao fim de três anos o valor da terra terá triplicado. (BECKER, 2016, p. 193)

No caso das empresas agropecuárias que se instalaram no sudeste paraense os mecanismos são mais capitalistas, com uso de tecnologia para extrair excedentes o mais rapidamente possível. Na derrubada da floresta emprega uso de motosserras potentes que facilita inclusive a exploração da madeira, o plantio do capim de dar por avião, possibilitando que o plantio seja realizado no máximo em dois anos, a limpa dos pastos e feitas com

herbicidas que são dispersos por aviões, possibilitando uma maior automação desse processo reduzindo a necessidade de mão de obra. Portanto dessa forma as relações de produção são alteradas, sendo que para esse tipo de empreendimento o trabalhador assalariado (*peões*) ganha importância. Outra importante figura que surge nesse cenário é o empreiteiro intermediário ou *o gato* que age no recrutamento para estas fazendas de trabalhadores assalariados, essa figura torna-se uma engrenagem importante na constituição das relações de trabalho nas fazendas da agropecuária.

Nesse momento onde a consolidação da atividade agropecuária coloca-se como importante elo da cadeia produtiva do Estado do Pará. A situação das populações tradicionais que ali se organizavam a séculos através de um campesinato e de milhares de migrantes que vieram ao longo das últimas décadas colocam-se como entraves para o desenvolvimento capitalista da região.

Ao que tudo indica, o instrumento fundamental para quebra do autoconsumo, o circuito fechado, nessas áreas de economia quase natural, e destruir as formas antigas de produção, é a propriedade da terra, iniciando-se a articulação do espaço ao moderno modo de produção capitalista pela instância jurídica. Até então, o objetivo básico da produção nesses espaços era a subsistência ou, em fraca proporção, o mercantil; a propriedade da terra exigindo que se pague por ela, através do imposto, obriga o produtor a vender parte da produção no mercado, independentemente da compra de bens, o que constitui uma forma de drenagem do excedente nessa fase de articulação (BECKER, 2016, p. 192)

Esses mecanismos acabam por propiciar os elementos necessários para formação de um mercado de trabalho para a atividade agropecuária. Dessa forma a diferenciação entre empresa e fazendeiros individuais fica evidenciada no sudeste paraense onde na região do vale do Araguaia/Xingu predomina as empresas, onde o trabalho assalariado se constitui e o desmatamento avançou em maior velocidade, já regiões mais remotas no interior da Amazônia onde o povoamento mais antigo predomina, o fazendeiro individual predomina, utilizando maior número de trabalhadores *rendistas* e o desmatamento são de proporções menores, contudo contínuos ao longo desse processo. Portanto no que se refere a constituição do mercado de trabalho para agropecuária no sudeste paraense, como Becker (2016) afirma que a diferença entre latifúndio individual e a grande empresa desaparece, no momento em que é formada a fazenda para atividade de criação, pois aí reduz-se drasticamente a demanda por mão de obra. Dessa forma toda as políticas de terras pensada pelo Estado durante o período do governo militar e os conflitos que emergiram delas constituem um dos reguladores das relações de trabalho na agropecuária na Amazônia.

Considerações finais

Através da formação socioeconômica do Sudeste Paraense, conseguimos reconstituir historicamente movimentos de ocupação, como os diversos fluxos migratórios, que fundamentados pela inserção, cada vez mais gradativa da Amazônia a totalidade do sistema capitalista. Permitiu, com que aqui estabelece-se uma produção que não era incipiente ou de base primitiva. O processo de ocupação, conjuntamente, com o estabelecimento de formas de uso da terra, possibilitou com que a forma natural que predominou no início do século XX, o monoextrativismo, fosse superado e substituído pela agricultura camponesa.

Esse campesinato se formou de uma forma bem original, pois, mecanismo típicos de acumulação primitiva, possibilitou a organização dessa classe, além de uma burguesia e um proletariado urbano e rural. A terra sempre abundante e livre, foi um fator que incentivou mais fluxos migratórios, mas, não só a fartura de terra foi importante nesse processo, a violência, mediava as relações sociais ali organizadas.

Entendemos esse processo como um caso claro de uma economia política da Amazônia, onde o estado teve, é têm, o papel determinante no desenvolvimento das relações sociais. Nas duas décadas de governos militares, a formação de um aparato institucional de mecanismo burocráticos que possibilitou o avanço do capitalismo sobre a Amazônia. Assim, mecanismo como a transformação da terra em mercadoria (propriedade privada), crédito barato e incentivos fiscais; além de uma legislação que resguardava fundamentalmente os interesses dos capitalistas. Estes eram principalmente do Centro-Sul, além de grandes capitais internacionais, o empresário capitalista entra agora como o expoente da modernidade no campo.

Com avanço do capital sobre as antigas formas sociais de ocupação e exploração da terra, a violência econômica e física acaba por determinar o tom trágico do desenvolvimento capitalista no agrário amazônico. O moderno desenvolve formas arcaicas de exploração do trabalho, camponeses são espoliados, se veem obrigados a vender sua força de trabalho como assalariados é, em muitos casos, acabam por ser escravizados nas fazendas capitalistas. Quando optam por lutar pelo direito a terra, são massacrados por jagunços, pistoleiros que muitas vezes são policiais fazendo um “trabalho privado” ou um “bico” como assassinos profissionais.

É necessário também fazer considerações acerca dos enormes avanços que a luta camponesa conseguiu ao longo dessa trajetória, o campesinato tem em sua genética o traço marcante da persistência e da sobrevivência. Por identificarmos que o avanço do capitalismo no agrário do sudeste do Pará e da Amazônia, faz aprofundar é, consecutivamente, evidencia as estruturais contradições do sistema capitalista. Dessa forma, a luta camponesa contra a

poluição dos rios, a destruição da floresta e por uma outra racionalidade produtiva no campo são as bandeiras da luta de classes no agrário amazônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Bertha K. Agricultura e desenvolvimento no Brasil: a expansão da fronteira agrícola. In: BECKER, Bertha K. **As amazônias de Bertha K. Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, p. 167-204.

_____. Relações de trabalho e mobilidade na Amazônia brasileira: uma contribuição. In: BECKER, Bertha K. **As amazônias de Bertha K. Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, p. 205-232.

IANNI, Otávio. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Coleção Sociologia brasileira. v.8. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Ditadura e Agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Ed. Civilização brasileira, 1979.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas-SP: Papyrus, 1993.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia**. Belém: ed. ufpa, 2012. 496 p.

VELHO, Octavio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo: ed. DIFEL, 1974. 261 p.

Recebido em Março de 2017.

Aceito para publicação em Novembro de 2017.